



Um grupo de professores de Quadro de Zona Pedagógica reuniu-se ontem com o ministério e com a Fenprof, no Porto

Concursos Professores de carreira saem à rua, no Porto, amanhã, às 17 horas

Educação mantém listas e professores marcam protesto

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

► O Ministério da Educação não mostrou abertura para anular as listas de colocação na mobilidade interna, que forçarão professores a trabalhar a dezenas ou centenas de quilómetros de distância de casa. Nenhum docente ficou colocado em qualquer escola que não tenha sido por si indicada como preferencial e que não faça parte da área em que está vinculado, ou seja, do Quadro de Zona Pedagógica (QZP) de que faça parte, justificou fonte oficial ao JN.

Desde que saíram as listas de colocação de professores, na sexta-feira (alguns dias mais cedo do que o costume), perto de dois mil professores mobilizaram-se nas redes sociais para protestar contra o que dizem ser uma mudança de regras da parte do ministério. Em causa, está o facto de este ano terem sido lançados só horários completos, enquanto nos últimos anos eram lançados todos os horários, completos ou incompletos, o que aumentava as probabilidades de "apanharem" uma vaga próximo de casa. Assim sendo, muitos docen-

tes só encontraram horários completos em escolas distantes ou nos QZP de origem. Dentro de dias, o problema agrava-se, quando saírem as vagas para horários incompletos, que serão atribuídas aos 2300 docentes dos quadros ainda por colocar. Na prática, dizem, docentes com menor graduação ficarão com as vagas pretendidas pelos mais graduados.

Ontem, uma delegação representativa dos professores passou o dia no Porto e reuniu com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e com o Sindicato de Professores do Norte, afeto à Fenprof. Da Direção-Geral, contou Mariana Alves, uma das professoras afetadas, tiveram a promessa de que as suas reivindicações seriam transmitidas ao gabinete de Tiago Brandão Rodrigues. Da Fenprof, acrescentou Marta Alves, também dina-

Docentes dos quadros em horários parciais ganham salário por inteiro, diz Governo

mizadora do protesto, trouxeram garantias de solidariedade.

José Manuel Costa, do secretariado nacional do sindicato, adiantou que os professores têm razões para se sentirem defraudados e garantiu que o sindicato já reforçou o pedido de reunião urgente com o ministério, para discutir este tema e a questão dos técnicos especializados nas escolas [ler página seguinte]. Quanto ao facto de terem sido lançados apenas horários completos, garantiu que a sugestão dizia respeito apenas aos professores contratados e não aos da mobilidade interna.

O Ministério da Educação defende a sua posição dizendo que não faz sentido colocar professores de carreira em horários incompletos, "até porque os docentes do quadro recebem sempre o salário completo independentemente do número de horas que lecionem". Ou seja, se forem colocados em horários parciais, recebem o salário inteiro e obrigam o ministério a contratar um professor para o horário completo, pagando outro salário por inteiro.

Amanhã, voltam manifestar-se no Porto. ●